

Valores e Educação Ambiental: aproximações teóricas em um campo em contínua construção



Edgar González Gaudiano
Lyle Figueroa de Katra

RESUMO – Valores e Educação Ambiental: aproximações teóricas em um campo em contínua construção. Neste artigo destacamos a vinculação entre valores concernentes ao meio ambiente e aos processos educativos formais. O sistema educacional mexicano assume as ações relacionadas ao meio ambiente como parte das ciências naturais, um enfoque já superado em outros países, inclusive em países menos desenvolvidos do que o México. Obviamente isso impede o entendimento da dimensão ambiental de muitos problemas sérios da nação, como o consumismo, a migração e a desigualdade social, para citarmos alguns. Propomos reflexões que nos instiguem a ressignificar a ética centrada no presente e nas relações interpessoais, para uma ética do futuro com ênfase nas relações entre seres humanos e destes com seu entorno.

Palavras-chave: **Educação ambiental. Valores. Ética.**

ABSTRACT – Values and Environmental Education: theoretical approaches of a field in construction. In the present article we aim to emphasize the educational procedures linked to values, in this case, values linked to the environment that are not necessarily overtly employed in the formal educational process in their full complexity and amplitude. The Mexican educational system takes on environmentally related actions as part of the natural sciences, a focus already surpassed by other nations, including those considered less developed than ours. Obviously, this fact hinders the understanding of the environmental dimension of several serious problems in our nation, like consumerism, immigration, and social inequalities, to name some examples. In this article, we propose some instigative reflections that will instigate the rethinking of the current ethics centered in the present time along with their interpersonal relationships. This is for a future ethic that will have an emphasis in the relationship between human beings and their surroundings.

Key words: **Environmental education. Values. Ethics.**

Introdução

Enquanto escrevíamos este artigo, o ciclone Nargis causava enorme devastação em Mianmar, deixando, até o momento, cerca de 130 mil vítimas, entre mortos e desaparecidos, em um país assolado pela pobreza e pela ditadura cruel. A esta catástrofe soma-se o terremoto ocorrido em Sichuan, na China, onde se presume que tenham morrido cerca de 50 mil pessoas. Além disso, as perdas de infra-estrutura e meios de vida são incalculáveis, assim como os milhões de desabrigados, em ambos os casos. Notícias efêmeras, que existem, podem ser exploradas em sua magnitude, mas o drama posterior da sobrevivência e da desesperança não possui força midiática.

Frente a estes desastres cada vez mais frequentes e intensos – alguns dos furacões mais devastadores foram Gilberto (1988), Paulina (1997), Mitch (1998), Erika (2003), Charley, Frances e Ivan (2004), Ismael, Katrina e Stan (2005) e Wylma (2006), entre uma lista crescente –, têm surgido campos de estudo e de intervenção relacionados com a vulnerabilidade e adaptação às inevitáveis consequências produzidas pelas mudanças climáticas globais na sociedade de risco na qual vivemos (Beck, 1986). Contudo, no âmbito político internacional, observamos uma marcada indiferença a estes temas. Continuam prevalecendo os assuntos econômicos: os alarmes derivados da crise hipotecária nos Estados Unidos e sua repercussão nas tendências de depressão e desaceleração econômicas, os altos custos dos combustíveis fósseis e a crise mundial de alimentos. Mesmo quando se trata de assuntos fortemente entrelaçados com o ambiental, não se fazem as associações correspondentes. Descontados a água e o lixo, consideramos os demais problemas ambientais tão distantes de nossas vidas, que não lhes damos a importância merecida.

A partir disso, no presente artigo, queremos salientar os processos educativos vinculados aos valores, neste caso, valores vinculados ao meio ambiente, os quais não acabam de ser incorporados plenamente aos processos educativos formais com toda sua complexidade e amplitude. O sistema educacional mexicano assume, nas ações ambientais como parte das ciências naturais, um enfoque superado em outros países, inclusive nos menos desenvolvidos do que o México. Obviamente isso impede o entendimento da dimensão ambiental de alguns sérios problemas nacionais nessa área, como o do consumismo, da imigração e da desigualdade social, para citarmos alguns.

O Ambientalismo Como Movimento Social e Como Fonte de Valores

Desde o século XIX, em reação à deterioração provocada pela revolução industrial, surgiu um movimento naturalista dirigido à proteção da vida silvestre, que posteriormente encontrou forte suporte nos trabalhos éticos de Leopold

(1949). Esta primeira configuração discursiva de corte romântico, arraigada nos valores e nos interesses da aristocracia britânica, teve como resultados concretos a aparição das primeiras organizações conservacionistas na Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos (como o *Sierra Club*, criado em 1891 por Muir, a *Audubon Society* e a *Widerness Society*), que, por sua vez, impulsionou a criação dos parques nacionais norte-americanos (*Yellowstone* foi o primeiro em 1872).

Guha (2000) afirma que esta primeira onda de ambientalismo estava vinculada a outros movimentos do mundo moderno: a democracia, o socialismo e o feminismo. Tal onda teve três variedades de ambientalismo ligadas à emergência e ao impacto da revolução industrial, a saber: a) a crítica moral e cultural, denominada como o “retorno à terra” (*back to the land*), desde os grandes poetas românticos (Blake, Wordsworth), os romancistas (Dickens) e os pensadores políticos (Engels, Ghandi); b) a conservação científica, isto é, o empenho da ciência para manejar eficientemente a natureza e seus recursos; c) a ideia do mundo selvagem, inóspito e intocado mediante a combinação da moralidade, da ciência e da estética, desde que se começou a promover a proteção de áreas naturais e espécies animais emblemáticas deste habitat teatral (Yosemite e o urso *grizzly*, por exemplo).

Em uma vertente significativamente distinta, desde tempos imemoriais, a ousada luta dos povos e das comunidades camponesas e indígenas contra a rapina do colonialismo e por sua emancipação é, em muitos aspectos, ambientalista, ainda que não se costume considerar propriamente como tal. Estes movimentos têm sido classificados sob diversas denominações, como lutas agrárias e camponesas, e orientado as reivindicações por terra, água, florestas, etc., muitos deles indo além de fatores econômicos e produtivos, para promover ações de conservação ambiental. Agrupamos tais processos sob a categoria de ecologismo dos pobres, recuperando a noção proposta por Guha e Martinez-Alier (1997).¹

Outros autores (Riechmann e Fernández Buey, 1994) organizaram o surgimento do movimento ambientalista em torno de duas grandes tendências, emanadas ambas do processo de deterioração ambiental resultante da industrialização impulsionada no século XIX. Uma é o ambientalismo de cunho social que, por sua vez, apresenta duas fontes distintas de demandas: por um lado, o operário, impulsionado pelos sindicatos que exigiam melhores condições de vida e de trabalho; por outro, o burguês, através dos representantes das classes média e alta, que clamavam por melhorias no meio ambiente, preocupados com que a falta de higiene e de salubridade dos casebres pudesse se estender a seus próprios bairros. A outra tendência é o preciosismo aristocrático, algo a que já fizemos referência.²

Contudo, a configuração discursiva do ubíquo movimento ambientalista contemporâneo, com os perfis contestatários que o têm caracterizado, aparece durante a segunda metade do século XX. Resulta primeiro da vasta destruição ocorrida em consequência da Segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento

do novo modo de produção industrial e ri da contaminação derivada do mesmo, assim como da emergência dos movimentos de contracultura, entre os quais também se encontrava o feminismo, o *hippiemismo*, o movimento *gay*, o pacifismo, etc. Este momento consiste em uma mudança tecnológica na esfera de produção impulsionada *mutatis mutandis* tanto na órbita dos Estados Unidos como na da União Soviética.

O Despertar do Pensamento Ambientalista

Pepper (1984) assinala que três obras escritas foram chave para detonar o movimento ambientalista mundial: *Silente Spring*, de Rachel Carson (1962); *Blue Print for Survival*, de Edward Goldsmith (1972), e *Small is Beautiful: Economics as if people mattered*, de Fritz Schumacher (1973). A primeira anuncia e qualifica os problemas; a segunda analisa as mudanças necessárias, e a terceira incorpora ações práticas para solucionar os problemas ambientais e identifica suas raízes filosóficas.

Não obstante, muitos autores continuam acreditando que a obra de Carson (1962) seja a pioneira nesta aposta, ao alertar contra os perigos do uso de inseticidas e pesticidas que fomentavam as novas formas de produção agropecuária. Santamarina (2006), por exemplo, considera que isso se deve à articulação do discurso científico como uma narrativa moral de senso comum, que lograva transmitir verdadeiramente uma preocupação que foi compreendida pelo grande público não experimentado, convertendo os problemas distantes e extremos em próximos e diretos.

Todavia, a ausência de um programa político faz com que alguns autores reconheçam o trabalho de Carson apenas como um antecedente do ecologismo. Dobson (1997, p. 59) a este respeito menciona que deveríamos situar o início do movimento a partir de 1970, já que as ideias anteriores a este período “que guardavam afinidade com o ecologismo estavam ‘verdes’, porém não eram ainda verdes”. Por essa razão, muitos situam o surgimento do movimento ecológico na celebração do primeiro Dia da Terra (22 de abril de 1970), do qual participaram mais de 20 milhões de pessoas. Este ato foi convocado por Gaylord, que se tornou senador pelo Estado de Wisconsin, EUA. Neste ano também se criou a Agência de Proteção Ambiental no mesmo país.

Schumacher, por sua parte, desenvolveu uma crítica à sociedade industrial, tema que já havia sido tratado por outros autores proeminentes no campo da economia, da filosofia, da crítica cultural e da política, como Mumford, Marcuse, Bloch e Adorno, os quais viam o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo como parte central de uma estratégia de dominação e de alienação. A diferença de Schumacher é haver analisado as condições econômicas e ecológicas do Terceiro Mundo, por meio das quais questionou o próprio conceito de desenvolvimento e, mais particularmente, a ideologia do crescimento, “ao

menos a esse tipo de desenvolvimento industrialista que segue fascinando as ‘elites’ dos países pobres” (Mires, 1990, p. 25). Schumacher questionou severamente o mito da infinitude dos recursos naturais no qual repousa a economia, por isso seu trabalho pode ser considerado um dos primeiros intentos na construção de uma crítica ecológica à economia política do desenvolvimento. *Small is Beautiful*, sua principal obra, representa uma físsura no consenso industrialista que aparece em um momento de crise dos modelos produtivos, baseados na exploração intensiva da força de trabalho e da natureza, mediante movimentação de técnicas de produção em série com predomínio da indústria pesada. Schumacher, portanto, constata a crise do sistema fordista de produção industrial e suas formas mais violentas que adquiriam expressão no Terceiro Mundo.

Outra obra que teve impacto por seu conteúdo e por sua conjuntura foi *Blue Print for Survival*, de Goldsmith. Publicou-se pela primeira vez em janeiro, ocupando todo um número da revista *The Ecologist* (v. 2, n. 1), adiantando a Conferência de Estocolmo. Por conta de sua grande aceitação, em setembro, do mesmo ano, foi publicado em livro. Em termos gerais, a obra propõe um programa, incluindo as mudanças que precisam ser produzidas e os passos necessários para alcançar uma sociedade mais estável e sustentável. Nos apêndices, faz um inventário e um prognóstico dos problemas existentes nos ecossistemas, no sistema social, na população e no abastecimento de alimentos e em matéria de recursos não-renováveis, sobretudo o petróleo.

É fundamental que nenhuma das três obras citadas (Carson, Goldsmith e Schumacher) menciona o crescimento demográfico como elemento principal do problema, fator que era parte de uma poderosa configuração discursiva que remonta a Tomas Malthus e seus trabalhos publicados em 1798, sob o título de *An essay on the principle of population*. O planejamento de Malthus situava o problema no sentido de que a população tende a crescer geometricamente, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética, algo que, transferido ao conjunto social amplo, geraria severos problemas econômicos.³ Nesta linha dos neomalthusianos, destacam-se *The Population Bomb*, livro escrito em 1968 por Paul Erlich, com quem Commoner polemizou publicamente, de onde apresenta um diagnóstico do que anunciava como a crise demográfica mundial⁴, e *The Tragedy of Commons*, um artigo publicado no mesmo ano na revista *Science* por Garret Hardin (1968), cujas soluções remetiam aos princípios da economia neoclássica e ao controle demográfico.

Todavia, a partir do nosso ponto de vista, a obra mais emblemática de todas é *Os Limites do Crescimento* (Meadows et al., 1993), primeiro informe do Clube de Roma, publicado em 1972, o qual marcou o início de um forte movimento de reprovação aos princípios econômicos convencionais, através dos quais as atividades humanas são reduzidas à povoação, produção industrial e acumulação de capital, como se a Terra fosse uma fonte inesgotável de recursos naturais, e a solução dos problemas ambientais e sociais chegasse como efeito colateral da ilusão do crescimento econômico (Negret, 1999).⁵ Os prognósticos deste documento derivaram de um modelo de simulação realizado nos compu-

tadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT), elaborado por Jay Forrester, para responder a pergunta “qual será a situação do planeta Terra se a humanidade continuar no mesmo ritmo de relação física, econômica e social que caracteriza a atual sociedade de consumo?”. Para realizar as projeções do modelo, empregaram-se parâmetros tais como degradação ambiental, crescimento demográfico, índices de contaminação, necessidades alimentares *per capita* dentro de uma perspectiva mundial no período que vai de 1900 a 2100.

O estudo voltava a colocar no centro da questão do desenvolvimento o fato incontestável da finitude dos recursos, tanto daqueles que provêm diretamente do meio natural, quanto daqueles transformados pelo próprio homem, a partir de materiais disponíveis na natureza.⁶ Quer dizer, colocava em relevo a fantasia de que a escassez de recursos materiais poderia ser substituída através de recursos de capital e de trabalho (sustentabilidade débil), o que abalou as grandes expectativas geradas no período pós-guerra. Essas eram as premissas a partir das quais se estava construindo a ciência social, desde o chamado *Espírito da Era*, promovido pelo Iluminismo e pelos trabalhos, especificamente, de Locke, Bacon, Descartes e Newton, baseados na crença de um seguro progresso material a partir de uma mais eficiente exploração do meio natural, como resultado da aplicação da ciência e da tecnologia (Barry, 1999). As principais conclusões deste estudo sobre os limites do crescimento foram no sentido de que, se a população continuasse crescendo ao mesmo ritmo, e a industrialização e a degradação dos recursos naturais aumentassem, os limites do crescimento seriam alcançados em torno de 100 anos. Do mesmo modo, assinala-se que as tendências podem se modificar, por isso o equilíbrio global deveria ser planejado de acordo com as necessidades materiais básicas de cada ser humano, garantindo a cada pessoa as mesmas oportunidades e condições para desenvolver seu potencial. A partir deste trabalho, ficou claro que “os limites do crescimento não podem ser substituídos por um crescimento do limite” (Sachs e Santarius, 2007, p. 37) e que estes limites, ainda que bem dinâmicos e difíceis de determinar com segurança, são reais e serão alcançados em certo momento, o mais difícil é saber quando; no entanto, essa incerteza não elimina a realidade de tais limites.

Contudo, a obra *Os Limites do Crescimento* não faz menção alguma ao problema do consumo e aborda a aquisição material como uma simples função do incremento demográfico e do processo de industrialização, tampouco “discute o papel central que certas características da modernidade, como a televisão, a mídia, a moda, a publicidade, etc., têm na formação dos desejos de consumo” (Portilho, 2005, p. 44), questões a que se referiam outros autores da época, como Goldsmith, Marcuse, Gorz, Bosquet e Ophuls, entre muitos que denunciavam o consumismo das sociedades modernas, particularmente o *American way of life* e seu concomitante modelo de crescimento econômico, como uma das causas da degradação ambiental.⁷

Depois do primeiro relatório do Clube de Roma sobre *Os Limites do Crescimento*, foi produzido um segundo estudo, intitulado *A Humanidade na Encruzilhada*, pelo grupo multidisciplinar de especialistas liderados por Mesarovic e

Pestel (1974). Neste estudo, modifica-se a concepção primeira de um sistema global homogêneo para conceber o mundo como um todo inter-relacionado. Tal concepção permitia dar saída à proposta de impulsionar um crescimento orgânico, em vez de um crescimento indiferenciado no qual o desenvolvimento de alguns se dava à custa de outros. Por sua vez, não apoiava uma das conclusões do primeiro relatório, de frear completamente o crescimento, porque isso somente seria factível se o mundo fosse uniforme; desta forma, requeria uma estratégia global baseada no desenvolvimento equilibrado e diferenciado, e uma urgente necessidade de cooperação global. O terceiro relatório do Clube de Roma denominou-se, portanto, *Reestruturação da Ordem Internacional*, coordenado pelo economista e prêmio Nobel Tinbergen (1976). Este documento insiste na necessidade de reduzir as desigualdades existentes e na redistribuição das oportunidades globais, assim como no estabelecimento de uma ordem que diminua a distância entre os ricos e os pobres. Para tanto, propôs-se um modelo de desenvolvimento que visava ao bem-estar de todos, através de cinco estratégias: a satisfação das necessidades, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento autônomo, o exercício do poder público e o ecodesenvolvimento equilibrado, este último a partir de um sistema de planejamento mundial dos recursos (Santamarina, 2006). Santamarina (2006) assinala que os três relatórios do Clube de Roma desempenharam um importante papel ao colocar em evidência a crise da ideia de progresso, ao questionar o conceito de desenvolvimento entendido como crescimento e apresentar uma posição crítica sobre as possibilidades que oferecem verdadeiramente a ciência e a tecnologia.

A intensa discussão ocorrida na primeira metade dos anos 1970 a respeito dos limites do crescimento tornou-se, com o atual processo de globalização neoliberal da sociedade de consumo, crescimento sem limites e sem equidade, apesar de cada vez serem maiores as evidências do ecocídio e da desprezível pauperização de enormes contingentes de seres humanos.

Aos trabalhos anteriores, os quais garantiram o surgimento do pensamento ambientalista, adicionamos a obra inspiradora de Commoner, que desde 1963 lançara sérias advertências sobre os problemas ocasionados pelo tipo de desenvolvimento científico e tecnológico e seus riscos envolvidos, o qual contém profundas implicações morais. Seu livro *The Closing Circle*, publicado em 1971, aborda os impactos da industrialização tanto no meio ambiente como nos seres humanos. Consideremos também *Una Sola Tierra: el cuidado y conservación de un pequeño planeta*, livro escrito como base para a Conferência de Estocolmo, pela economista britânica Bárbara Wards e pelo biólogo franco-americano Dubos (1972).

Na linha do pensamento anarquista, encontramos *Our Synthetic Environment*, de Bookchin, publicado quase que simultaneamente ao livro de Carson, em 1962, e que constitui uma denúncia adiantada da crise ambiental. Escrito sob o pseudônimo de Lewis Herber, denuncia o capitalismo de seu tempo, bem como a esquerda ortodoxa. Este livro foi fundamental porque marcou o início de muitas outras obras de caráter fundante de um espírito insubmisso

e de uma linha de pensamento que continua dentro da ecologia social; já em 1965, Bookchin afirmava que uma sociedade anarquista era uma precondição para a prática dos princípios ecológicos.⁸

Tipologias do Ambientalismo

Dada sua complexidade e pluralidade, não existe apenas uma classificação dos movimentos ambientalistas, nem uma só ideologia que se tenha convertido em canônica, o que se torna básico para compreender a luta discursiva existente para hegemonizar o campo, assim como a pluralidade de propostas que se encontram em circulação, entre elas as pedagógicas e sua intrínseca dimensão ética. Pierrri (2001) sustenta que o movimento ambientalista tem se expressado em três correntes principais. A primeira denomina-se corrente ecologista conservacionista ou sustentabilidade forte, com raízes no naturalismo do século XIX, nas ideias ecocentristas de Leopold (1887-1948) e na postura da ecologia profunda, cujo fundador foi o filósofo sueco Naess (1973),⁹ que atualmente tem se expressado nos postulados da economia ecológica, que apresenta como principal expoente o economista norte-americano Daly.¹⁰ Para Ferry, a ecologia profunda é uma tendência fundamentalista que reivindica a natureza como um todo, como sujeito de direito; assim, o antigo contrato social deve dar lugar a um contrato natural, no qual “o homem já não é o centro do mundo, o qual deve proteger primeiramente, antes de si mesmo, senão ao cosmos como tal deve ser defendido dos homens” (Ferry, 1992, p. 32). É denominada ecologia profunda (*deep ecology*) em oposição a uma ecologia superficial (*shallow*), a qual se vincula ao ambientalismo convencional fundamentado no antropocentrismo.¹¹ A ecologia profunda critica os precários esforços dos ambientalistas convencionais e propõe uma defesa militante da *Mãe Terra*, resoluta oposição aos ataques humanos à vida selvagem intocada. Por sua parte, Guha e Martinez-Alier (1997) assinalam que a ecologia profunda lamenta os estreitos objetivos econômicos da principal corrente do Ambientalismo e reivindicam nada menos que uma revolução filosófica e cultural nas atitudes humanas para com a natureza. Com objetivos que variam desde o espiritual até o político, os adeptos da ecologia profunda expandem o amplo espectro do movimento ambiental norte-americano. Trata-se de uma tendência radical sobre a vida selvagem que, no entanto, corre paralela à sociedade de consumo, sem questionar seriamente suas bases ecológicas ou sociopolíticas.

A segunda corrente consiste no ambientalismo moderado ou sustentabilidade débil. Apresenta um enfoque “antropocêntrico e desenvolvimentista, que aceita a existência de certos limites impostos pela natureza e economia, o que a separa do otimismo tecnocrático cornucopianiano expresso pela economia neoclássica tradicional”.¹² Expressa-se teoricamente na chamada *economia ambiental*, cujos representantes mais conhecidos são Pearce e Turner (1995). Na sustentabilidade

débil, o capital natural pode ser substituído pelo capital resultante da atividade humana. Segundo Pierri (2001, p. 28), esta corrente é a origem da proposta política do desenvolvimento sustentável.¹³

A terceira corrente é a humanista crítica, que responde às necessidades e características dos países em desenvolvimento. Esta corrente se expressa nos anos 1970 na proposta do ecodesenvolvimento e, posteriormente, no desenvolvimento sustentável. Postula uma radical mudança social para atender as necessidades da maioria, através da utilização responsável dos recursos naturais. Existem ainda duas subcorrentes: a anarquista e a marxista. A corrente anarquista é a herdeira das teses do ecodesenvolvimento, tendo como base a ecologia social, cujo representante mais ilustre é o já citado Murray (1995). A outra subcorrente, a marxista, sustenta-se teoricamente em Enzesberger (1979), O'Connor (1991) e Foster (1994), entre outros. Tem como tônica que o principal problema consiste na forma de organização social do trabalho, a qual determina quais recursos usar, assim como a forma e o ritmo de uso, através do que promove mudanças na propriedade social dos meios de produção (ver também Foladori, 1999; Foladori e Tomassino, 2000).

Outras classificações, como a já citada ecologia dos pobres, reconhecem três outros tipos de ecologismo ou ambientalismo: a do culto à natureza, a da ecoeficiência e a do ecologismo dos pobres (Martinez-Alier, 2005). O culto ao silvestre corresponde às políticas provenientes da tradição aristocrática britânica antes determinada, as quais encontraram terreno fértil na classe alta estadunidense. Trata-se de uma vertente do ambientalismo que apoia a conservação de áreas intocadas, *wilderness*, mediante compra ou decreto de criação de reservas naturais com o objetivo de preservá-las para o futuro. Um dos principais problemas desta vertente é que a conservação da natureza não costuma incluir os camponeses ou as comunidades indígenas que vivem nas áreas implicadas, mesmo aquelas que têm sido habitadas por milênios. A ecoeficiência constitui uma tendência construída a partir da classe empresarial para responder, por meio da inovação tecnológica no âmbito da produção, às demandas sociais para deter a degradação ambiental que resulta das descargas e das emissões contaminantes, do desperdício energético e da matéria-prima. Esta corrente também tem sido denominada ecocapitalismo, por incorporar na lógica do capitalismo a necessidade de impulsionar trocas nos processos industriais e observar, no interesse público, os assuntos ambientais como uma nova oportunidade de negócios.¹⁴

Como no caso da ecoeficiência, o desmedido e injustificado otimismo que alguns setores do ambientalismo têm depositado na ciência e na tecnologia encerra em si mesmo uma contradição radical. Por um lado, culpa-se a ciência e a tecnologia por ter promovido o desastre ambiental; por outro, espera-se que essa mesma ciência resolva o problema. •iek (2005, p. 20) expressa isso com muita clareza ao assinalar que, enquanto reduzimos a crise ecológica:

Às perturbações provocadas por nossa excessiva exploração tecnológica da natureza, implicitamente supomos que a solução consiste em apelar mais uma

vez às inovações tecnológicas, a uma nova tecnologia “verde”, mais eficiente e global no controle dos processos naturais e recursos humanos [...] Toda preocupação e todo projeto de nosso ambiente natural ficam, dessa forma, desvalorizados por se basearem na fonte do problema.

Por outro lado, o ambientalismo dos pobres responde à luta dos setores empobrecidos da população e, por isso, mais vulneráveis, que foram despojados das suas terras ancestrais para a construção de reservas de conservação, ou barragens para a produção de energia hidrelétrica, para citar dois casos recorrentes. Constitui uma luta, nas palavras de Guha e Martínez-Alier (1997), em busca da sobrevivência mais do que por qualidade de vida. O ecologismo dos pobres, também conhecido como ecologismo popular e da sobrevivência, fundamenta-se nos movimentos camponeses e indígenas de resistência contra o despojo dos recursos naturais e dos bens ancestrais, bem como nos movimentos ecologistas que combatem os efeitos da modernização da produção agrícola e a exploração científica da natureza. A persistência da luta secular das comunidades camponesas e indígenas, na defesa de seus recursos naturais e espaços sagrados, contraria a ideia generalizada de que ambientalismo é um movimento em países centrais, especialmente entre os ricos e de classe média e alta educados na universidade. O ecologismo dos pobres reconhece a existência de uma dívida ecológica dos países em desenvolvimento e o chamado *dumping* ecológico, definido como venda de bens com preços que não incluem a compensação das externalidades ou o esgotamento dos recursos naturais causado pelo comércio entre o Sul e o Norte (Martínez-Alier, 2005).

Em outra perspectiva, Castells (1998) formula uma classificação distinta,¹⁵ posicionando-se na diferenciação conceitual entre ecologismo e ambientalismo, de forma diversa do que Dobson (1997) assinala. Para Castells, o ambientalismo consiste na ecologia posta em prática; por outro lado, para Dobson, o ambientalismo é a posição reformista, e o ecologismo, a postura radical frente aos problemas do meio ambiente.

Vale salientar que, como temos observado, o ambientalismo enquanto fenômeno político e social se mostra muito difícil de classificar, pois, por mais específica que possa ser a taxonomia construída, existem casos e enfoques que não se encaixam em praticamente nenhuma delas. Onde e como classificar o anarquista e naturalista Thoreu (1817-1862), o crítico da cultura tecnocientífica Mumford (1895-1990), o filósofo e ambientalista radical Bahro (1935-1997), o ecologista popular Francisco *Chico* Mendes (1944-1988) e o ambientalista cético Lomborg (1965-), todos estes singulares e distintos entre si?

A Ética e os Valores do Ambientalismo

Como podemos inferir do delineamento anterior, a ética se constitui como componente consubstancial do discurso ambientalista, desde a sua aparição

nos anos de 1960. Certamente, como em todo campo do social, no ambientalismo há perspectivas éticas muito diversas, que vão desde aquelas promovidas pela ecologia profunda, quanto aos direitos da natureza (ver Capra, 1996), até a ecologia dos pobres face à ausência de uma justiça social global (ver Cooper e Palmer, 1995). A discussão ética no campo do ambientalismo nos remete diretamente ao debate a respeito do antropocentrismo e do biocentrismo. Todos os seres vivos são sujeitos de direito e moralmente relevantes? Ou, conforme tem sido na tradição ética do ocidente, desde *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, apenas os seres humanos o são? O problema se torna mais complexo quando nos perguntamos “o que é ético?”, “o ato em si mesmo ou a pessoa que o executa?”. São perguntas que se encontram em relação direta com os processos educativos e culturais.

Assim, o conteúdo da ética, enquanto disciplina filosófica, remete-nos à discussão em torno do bem e do mal. Se este debate se aplica apenas às relações entre os seres humanos, que estão localizados dentro de uma ética antropocêntrica, a qual está alinhada com o desenvolvimento dos valores acidentais, por exemplo, os direitos humanos universais, o ambiente é visto como aquele que deve ser usado a fim de satisfazer as necessidades ou promover a felicidade dos humanos. No entanto, se considerarmos que o comportamento da humanidade e da natureza podem ser vistos também de uma perspectiva ética, isso nos conduz, necessariamente, ao pressuposto de que a natureza e todos os seres vivos teriam direitos intrínsecos que devem ser respeitados (biocentrismo). É aqui que se abre um vasto leque de valores gerados por algumas correntes do ambientalismo.¹⁶

Se nos colocamos em uma perspectiva ética ecocentrista, defendemos não apenas os seres vivos em geral, mas todo o conjunto de suas relações; a partir deste ponto, não importa conservar somente as espécies em si mesmas, mas sim a integridade dos ecossistemas em que estas espécies vivem. Os representantes mais relevantes desta postura ética são Aldo Leopold e Arne Naess, aos quais já fizemos referência. Ambos postulam que o abuso feito ao meio ambiente volta-se contra nós mesmos, pois o ecocídio é um suicídio da espécie humana.

Guha e Martínez-Alier (1997, apud González-Gaudio, 2007a) sustentam que nenhum dos problemas ecológicos fundamentais que têm ocorrido em nível global – o sobreconsumo do mundo industrializado e das elites urbanas no Terceiro Mundo e a crescente militarização – possuem uma conexão tangível com a distinção antropocêntrica/biocêntrica. A verdade é que tal distinção remete-nos à discussão sobre sustentabilidade débil e forte, já que tanto uma quanto a outra colocam acento nas posturas antropocêntricas ou biocêntricas/ecocêntricas, respectivamente, conduzindo a decisões específicas de política de desenvolvimento e gestão ambiental.¹⁷ Assim, embora diferentes, *prima facie*, tais considerações poderiam parecer pouco práticas no momento das decisões importantes, e têm mais a ver com as nossas decisões do que acreditamos.

Desse modo, as contribuições da investigação científica sobre o atual estado do mundo implicam um pensamento e uma ação mais bem informada e

precisa sobre nossas obrigações e direitos morais (McCloskey, 1988), entre os humanos e entre nós com os outros seres vivos e o seu meio ambiente. Contudo, como a humanidade não foi dotada de moral e valores, mas apenas da capacidade de adquiri-los (Hottois, 1991), isso nos obriga a esclarecer os códigos éticos que queremos criar, através da educação e da cultura, sendo tais valores a razão de ser do ato educativo (Gadotti, 2000).

Quando Gandhi apontou com sabedoria que “O mundo tem recursos suficientes para satisfazer as necessidades de todos, mas não para satisfazer a ganância de uns poucos”, estava apelando para um profundo senso de justiça social e de ética elementar. Assim, a necessidade de explicar um novo *corpus* normativo que orientasse a pauta de conduta dos humanos frente ao problema do meio ambiente levou à construção da Carta da Terra. Este documento, construído coletivamente, constitui um novo código deontológico, que sistematiza os valores, anseios e aspirações de um crescente número de pessoas que veem a necessidade urgente de uma visão partilhada, a fim de sentar novas bases éticas para atitudes e comportamentos humanos. Este código se baseia em quatro princípios gerais partilhados amplamente: respeito e cuidado para com a comunidade de vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz.

Este não é o espaço para fazer uma apresentação sobre ética, mas nos interessa neste curto parágrafo mencionar que o verdadeiro desenvolvimento é impensável para além dos valores éticos, como também é o desenvolvimento sustentável, à margem de uma ética ecológica. Numerosas políticas internacionais, que contam com a aprovação mundial, deveriam ser vistas à luz de considerações éticas. Tal é o caso, por exemplo, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que trouxeram novamente o debate do desenvolvimento ao primeiro plano. Os ODM, sendo apenas oito, dão forma a um conjunto suficientemente pequeno de objetivos claros e concisos, com um prazo de conclusão estabelecido para 2015, dirigidos a melhorar a qualidade de vida das nações, integrando “a dimensão humana no centro do processo de formação das políticas de desenvolvimento” (Lapeyre et al., 2006, p. 10).

Qual o problema com os ODM? Analisaremos isto em função do primeiro deles, relacionado ao combate à pobreza. Na formulação destes acordos, não foram reconhecidos os problemas estruturais que estão abrindo cada vez mais o fosso da pobreza em nível mundial. Todos os indicadores mostram não só que a pobreza durante a globalização aumentou numericamente, mas também que os pobres se tornaram mais pobres, e os ricos mais ricos, o que adia *sine die* a possibilidade de alcançar o desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento que tem sido impulsionado não apenas por teorias, mas, sobretudo, pelas instituições multinacionais, tende a imitar o estilo de desenvolvimento dos países industrializados e seus padrões de produção e de consumo envolvidos. Trata-se de um estilo que não apenas tem gerado desigualdade e iniquidade, provocando o surgimento nos países desenvolvidos modernos de enclaves que beneficiam uma elite feita à imagem e à seme-

lhança do mundo desenvolvido, mas que também tem destruído o meio ambiente e seus recursos – base natural de todo o desenvolvimento e suporte vital dos processos biológicos e culturais. A estratégia promovida nos ODM não combate a desigualdade, buscando mecanismos de redistribuição da riqueza e de equidade social; combate a pobreza mediante esquemas simplificadores da realidade, em que as pessoas presumivelmente beneficiadas não têm o controle de seus processos e formas de desenvolvimento. Pelo contrário, a *população-alvo* é vista como cliente prisioneiro e passivo de propostas que não abrem caminhos alternativos para o melhoramento da qualidade de vida, e que são muito semelhantes aos programas de ajustes estruturais do passado. Trata-se de propostas assistencialistas de redução técnica cujo principal objetivo é criar as condições necessárias para facilitar a integração da economia globalizada, a fim de minar resistências e objeções.

Além disso, a estratégia mundial para os ODM, que se assume e se presume como um compromisso moral e ético da sociedade pós-industrial para com os pobres, apresenta dois agravantes: primeiro, só inclui a metade do contingente de empobrecidos do mundo; segundo, não pretende reduzir a quantidade total de empobrecidos, mas apenas a *proporção* destas populações em relação ao total. Este é o verdadeiro perfil e grau de compromisso no novo milênio.

Como Pode o Ensino de Valores Contribuir Para Reverter a Crise Ambiental?

Na primeira parte, abordamos os diversos enfoques ambientais que implícita ou explicitamente assumem determinadas opções ético-axiológicas. Podemos apreciar categorias referentes em todos estes discursos, ainda que a ênfase pareça circunscrever-se, em geral, aos aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais, de acordo com as concepções teóricas e paradigmáticas a partir das quais se construíram. Observa-se descuido ou omissão nos núcleos axiológicos constitutivos de toda construção de conhecimento, de todo processo de desenvolvimento social, de educação. Aquelas questões que configuram sentido, significado – *Por que, para que conhecer? Por que, para que promover o desenvolvimento? Por que, para que educar-se?* –, não são evidentes em alguns discursos; alguns se referem a elas apenas superficialmente, e outros poucos penetram mais nestes núcleos constitutivos das interações entre os seres humanos e entre eles e o seu entorno.

Neste contexto, gostaríamos de destacar a importância de promover a prática de valores ambientais nos processos educativos, para contribuir na melhoria do nosso planeta, de nossa qualidade de vida, na transição para a sustentabilidade ecológica de todos os seres de nosso mundo, na construção de interações saudáveis e construtivas. Nesta perspectiva, assumimos algumas abordagens básicas que entrecem os tópicos abordados no presente trabalho.

Primeiro, a realidade é um tecido inseparável. Mundo-sociedade-humanidade estão profundamente ligados. Os homens encontram-se inseridos no mundo. São seres cósmicos, planetários (Morin, 1999), que se configuram na terra e com a terra. Este é o “princípio holístico” (Morin, 1999, p. 15), pelo qual as partes estão unidas em um todo, e o todo encontra-se nas partes – visão extremamente violentada desde o século XVI, como manifesta Berman (1987, p. 16):

[...] a mente tem sido progressivamente exonerada do mundo, a uma consciência não participativa, que insiste na distinção entre observador e observado, existe uma separação da natureza, sujeito e objeto são antagônicos, existe uma reificação total, tudo é um objeto distante e separado de mim.

Trata-se de enfoques parciais, fragmentados, que impedem uma compreensão coerentemente valorativa da nossa realidade. Weston (2004) concorda com Berman quando descreve a crença de que a cultura ocidental está cada vez mais comprometida com uma desconexão do resto do mundo - não só da natureza, mas dos outros que não são nós mesmos.¹⁸

Segundo, a crise que confronta nossa sociedade é estrutural e generalizada. Perpassam por ela fatores culturais, econômicos, políticos, históricos, embora tenhamos que destacar a profunda crise moral que atravessa nosso tecido social. Apreciamos uma ausência, um vazio da dimensão axiológica tanto na educação como na vida cotidiana, nas instituições, na sociedade em geral. A injustiça, a violência, o terrorismo, as guerras, a corrupção, a impunidade e a destruição ambiental, para citarmos alguns problemas, se acentuam cotidianamente e evidenciam esta crise global. Daí surge o desafio dos processos educativos de contribuir para reverter tal situação, como fatores coadjuvantes não-oniscientes, mas inevitáveis, porque não se poderia gerar desenvolvimento somente com educação, tampouco sem ela.

Terceiro, os valores são elementos constitutivos do todo processo de educação, de mudança, de desenvolvimento social. A sua prática possibilitaria “adequar o mundo para torná-lo mais amável” (Cortina, 2000, p. 28), dando “à sociedade em que vivemos qualidades desejáveis” (Yurén, 1995, p. 193). Neste sentido, os valores são fatores centrais para ajudar no melhoramento sócio-pessoal, ambiental. Na construção de melhores modos de pensar, de atuar, de ser, os valores constituem “qualidades estruturais” que se encarnam nas pessoas, nas instituições, nas sociedades, em nosso entorno vital e também nos objetos.

Quarto, na formação em valores interatuam as condições ontológicas de cognição, volição, sociabilização dos humanos. A aproximação cognitivo-afetiva dos valores gera compreensão, estima, apreço. Constitui-se espaço para a tomada de consciência que impele a ação recíproca com os outros. Para tanto, tal formação não se poderia reduzir ao ensino disciplinarizado; antes requer estratégias que exercitem as condições assinaladas, a partir da experiência pessoal e com o ambiente, por exemplo.

Quinto, nesta perspectiva, o desenvolvimento – termo polêmico e polissêmico – é entendido como desdobramento das capacidades humanas,

sociais, culturais, ambientais, éticas, de igualdade para as espécies humana e não-humana. Isso implica a atenção integrada de diversas e múltiplas dimensões: ecológica, cultural, econômica, moral, tecnológica, etc., tomando como ponto de partida um olhar global-local/local-global. O verdadeiro desenvolvimento, que não é apenas crescimento econômico, almeja também a conservação em longo prazo da natureza, a integridade de seus ecossistemas com visão de futuro e equidade social. É um desenvolvimento que enfatiza as condições para uma vida saudável, que abra espaços os quais permitam aos pobres emergirem de sua miséria para dinamizarem suas potencialidades humanas. É uma visão de desenvolvimento não-concordante com desenvolvimentos economicistas, tecnocráticos, competitivos, consumistas, que favorecem a concentração de poder e, em consequência, iniquidade, exclusão e injustiça. “Defender a natureza, lutar por uma exploração racional dos recursos naturais, atacar as causas que degradam e contaminam o ambiente passa por defender, de modo inseparável, a causa dos empobrecidos e o desenvolvimento dos países do Sul” (Escamez y Gil, 2003, p. 96). Por isso, nosso tempo necessita, exige, um desenvolvimento marcado radicalmente por princípios éticos e valores, bem como por uma educação que promova este desenvolvimento que alguns chamam de sustentável.

Fortalecimento da Dimensão Axiológica em Todo Processo Educativo, Principalmente na Educação Ambiental

A partir de um olhar cheio de esperança

A esperança sabe que o inesperado pode chegar, sabe que na história, o improvável acontece mais frequentemente que o provável. Apostando nas potencialidades genéricas do humano. Por isso espera que a metamorfose produza um novo nascimento da humanidade. (Morin, 2006, p. 222)

A crise não pode afundar em pessimismo. As interrogações e os dilemas que estabelece constituem o espaço no qual nasce esperança desde uma perspectiva utópica razoável, que confronta dificuldades e limitações, mas com otimismo e perseverança, porque sabe assumir os obstáculos como possibilidade, como desafio. Sabe que:

A esperança é um princípio de contradição constante com a realidade [...] Por obra da esperança, o futuro alcança sua atração, densidade e fecundidade. O porvir se converte no tempo da edificação pessoal, social, e a esperança na atitude ética fundamental e determinante da práxis. (Ildefonso, 1975, p. 173)

Entre as perguntas que apresenta a crise ambiental, não poderia omitir-se o porquê da mesma. Embora seja um problema extremamente complexo, porque

está inserido em uma crise estrutural, corresponde também à educação, constitutiva desta problemática, assumir as responsabilidades pertinentes. Assim, entendemos a educação ambiental como um complexo processo pessoal-social de tomada de consciência, de desenvolvimento de capacidades, atitudes e competências para analisar, avaliar e transformar nossos compromissos com os outros mediados pelo ambiente; quer dizer, transformar as inter-relações sujeito-natureza-sociedade com o propósito de contribuir para o desenvolvimento. Esta formação implica um sistema axiológico, ético-político.

Este processo de tomada de consciência do sujeito sobre sua realidade pessoal-social-ambiental exige um profundo conhecimento de seu ambiente, de suas interações com o mesmo, assim como com a sociedade. As diversas disciplinas científicas, técnicas, humanísticas proporcionam experiências e conteúdos significativos, porém requer-se um enfoque interdisciplinar para uma perfeita compreensão da problemática ambiental. A tomada de consciência e o desenvolvimento de capacidades, atitudes e competências ultrapassam o nível de aquisição de conhecimentos. Faz-se necessário penetrar no complexo mundo dos valores, na reflexão ética, na ação política. Daí a importância de propiciar uma análise crítica de nosso comportamento, no que diz respeito ao nosso entorno, pois, como assinala Ortega, entre outros,

A educação ambiental não é preservação da natureza, nem gestão de recursos, tampouco um “novo programa” agregado aos programas já sobrecarregados do sistema escolar. Constitui um novo enfoque das relações entre o homem e seu meio e a maneira que aquele influencia neste. Intenta formar cidadãos responsáveis, destinados a melhorar a qualidade de vida mediante a apropriação de valores ecológicos e de convivência democrática. (Ortega et al., 1998, p. 144)

Não devemos, portanto, assumir a educação ambiental como imposição de determinados princípios, inculcação de certos valores, pois estes processos propiciam a submissão, a atuação irreflexiva na qual os educandos não tomam consciência de sua condição humana, de suas responsabilidades como sujeitos sociais. Educar em valores, eticamente, significa promover nos sujeitos a elaboração e o desenvolvimento de uma racionalidade moral substantiva, de modo autônomo e comprometido, para que tomem decisões pessoais, através do exercício de sua liberdade responsável. Neste sentido, afirma Lipovetsky (1998, p. 46): “Queremos o espírito de responsabilidade, não o dever incondicionado”.

Bobbio (2000, p. 132) enfatiza assumir valores, com processos de diálogo anteriores que possibilitem levar a consensos, práticas e dinamização dos processos educativos. A capacidade de argumentação razoável ainda requer muito exercício. Educar em valores significa dinamizar a capacidade reflexiva, de avaliação, para “Questionar práticas ideológicas e sociais de poder e dominação na vida cotidiana... para situar-se na leitura seletiva das tradições históricas críticas, na valentia política, e não na doutrina de inevitabilidade histórica” (Giroux, 1993, p. 70).

A educação ambiental, para poder contribuir com o desenvolvimento, requer bases epistemológicas, opções de valor, critérios éticos, que possibilitem superar enfoques acríticos, tecnicistas e instrumentais da educação. Todos os projetos da UNESCO, em especial os últimos – os ODM, a Década da Alfabetização, da Educação para o Desenvolvimento Sustentável –, buscam combater a pobreza, as injustiças, o uso arbitrário dos recursos naturais, as difíceis relações entre os sujeitos-ambiente-sociedade, mas são incapazes de transcender o nível das declarações e das intenções por cumprirem compromissos de governo, apesar dos pressupostos. Por isso, faz-se necessário, nos sistemas educativos, fortalecer os valores ambientais; enfatizar os aspectos ético-axiológicos a partir de uma perspectiva de reflexão, de análise, de argumentação. É preciso construir currículos que sustentem eticamente os processos educativos no que tange aos direitos humanos, ao ambiente, que vão além, segundo Giroux (1993, p. 63), “tanto da confiança conservadora no conjunto essencialista e apriorístico de princípios morais, como do antifundacionalismo pouco comprometido, muito proeminente em diversas formas de pensamento liberal, pós-moderno e pós-estruturalismo”.

Ambientalizar o currículo implica incorporar a dimensão ambiental em cada um dos elementos e processos culturais, não somente enquanto disciplina ou unidade de aprendizagem. A construção de currículos flexíveis perpassados pela dimensão ambiental é central, podendo constituir-se em um dos principais eixos transversais. As contribuições da teoria curricular abrem caminho à organização de caráter horizontal e multidimensional. O currículo constitui-se em um espaço requerido para dinamizar a interação entre os educandos, entre esses e sua comunidade e ambiente, em uma perspectiva de desenvolvimento.

Deveria ser reforçada a dinâmica axiológica através do currículo porque constitui uma via para o fortalecimento da dimensão ambiental. No entanto, demanda mudanças profundas no conhecimento, nas atitudes e nos comportamentos acadêmicos, das autoridades, dos estudantes, incluindo o currículo vigente. Estas mudanças são essencialmente complexas, obrigam a reformulação do papel das instituições de educação, a reorientação política, a fim de propiciar e dinamizar o saber ambiental na formação para o desenvolvimento. Implicam assumir formas de trabalho distintas; nesse sentido, a interdisciplinaridade abarca elementos significativos para o trabalho acadêmico.

Estas abordagens não se detêm ao conhecido, em saberes anteriormente fixados. Antes, os desafiam, os interpelam para abrir novos caminhos na construção do conhecimento. A interdisciplinaridade acarreta a abordagem da formação ambiental no currículo, como eixo transversal, entendido como:

Uma forma de ensinar que deve estar presente na educação [...] enquanto guardiã da interdisciplinaridade em diferentes áreas, não como unidades didáticas isoladas mas como eixos-chave de objetivos, conteúdos e princípios de ação que darão coerência e solidez na medida do possível. (Gutiérrez, 1995, p. 171)

De outro lado, falta-nos reativar as interações entre as escolas, as universidades com o seu contexto imediato, desde um olhar global-local e vice-versa. O conhecimento das condições do próprio entorno torna-se um meio de sensibilização e reflexão. Desse modo, implica repensar os estilos de vida, o sentido de progresso na modernidade, entendido como produção competitiva e consumismo e, por sua vez, a avaliar: “Assim, quando pergunto se isto é verdadeiramente bom ou apenas em aparência, ou se isto é ou não valioso, não conheço ainda o valor, mas tendo a alcançá-lo” (Lonergan, 1988, p. 40).

Noutra linha, o cultivo de valores ambientais – respeito, responsabilidade, solidariedade, crítica, equidade, etc. – poderiam constituir um referente básico para uma exigência ética para os sistemas político-educativos, fator iniludível para fortalecer o desenvolvimento sócio-ambiental. Os projetos de nação, os programas de desenvolvimento, sua orientação, seu caminho, suas realizações requerem avaliação. As atitudes do governo e a situação cotidiana da população em toda sua complexidade necessitam de análise segundo critérios e princípios cujas fontes sejam a justiça e a responsabilidade social. Não se pode pretender uma educação ambiental sem estes referentes, se não se definem claramente os valores buscados, as estratégias e os métodos que orientem realmente a mudança. Não existe uma educação ambiental se esta não promove a prática da crítica, da criatividade, da solidariedade, do respeito, da justiça, etc. As mudanças exigem, por sua vez, realizar as propostas a partir do contexto dos sujeitos: “não se pode entender a educação separada da ação, e este princípio, em educação ambiental, faz-se cada vez mais evidente [...] A educação ambiental deve esperar [...] tornar possível um ‘novo estilo de vida’” (Ortega et al., 1998, p. 149).

Formação Humana Responsável e Solidária *Versus* Melhor Desenvolvimento Sócio-ambiental

Abordamos a importância de fortalecer a dimensão axiológica na educação. Neste tópico, trataremos da responsabilidade e da solidariedade como pilares dinamizadores de uma sociedade melhor – mais justa mais humana.

O Pensamento Crítico-construtor, Base Constitutiva da Formação Solidária, Responsável

Mente e afetividade entrelaçam o pensamento e a ação. Que fios compõem tal tecido? Na atualidade, desafortunadamente, parece predominar o pensamento superficial, fragmentado, reducionista, trata-se de observar o que a simples percepção capta. Não se penetra profundamente nas subjetividades, nos acontecimentos, nos problemas. Não se ultrapassa o tangível, o mensurável. O

intelecto isola o que lhe interessa, descuidando da observação global que integra a diversidade na unidade. O ambiental requer um olhar *holográfico* do intelecto, para compreender a complexa dinâmica de interação de seus múltiplos elementos que se enlaçam e entrecruzam.

Quando o pensamento crítico confronta um objeto, um fenômeno, um fato, interroga-se, indaga-se a respeito dos mesmos, em um diálogo construtivo em que se discute, debate e argumenta a partir de uma perspectiva histórica que vai acontecer, submerge em um processo de problematização. Esta fecunda e nutre a reflexão, auxilia a consciência a romper camadas superficiais e aparentes para separar e descobrir novos horizontes de inteligibilidade. Deste modo, fortalece-se a capacidade crítica. Daí a importância de converter a aula em um espaço de diálogo problematizante. Educandos e educadores precisam interrogar, perguntar, problematizar, a fim de gerar razão autocrítica e crítica, sem a qual não se poderia aprender, tampouco melhorar.

Afirmávamos que o conhecimento crítico do nosso entorno acarreta repensar suas condições, seus problemas. Deste modo, abrem-se caminhos para entender que os problemas ambientais são consequência do inapropriado comportamento dos seres humanos, de estilos de vida egoístas, cobiçosos, de individualismo excessivo, de sistemas sociais injustos, de dominação, o que implica irresponsabilidade.

Como bem sabemos, responsabilidade consiste em assumir as consequências de nossas ações, coerentemente, de nossos pensamentos, atitudes, inter-relações. Na medida em que se desenvolve um pensamento crítico-criador, de reflexão, de análise, fortalecem-se as atitudes e os comportamentos responsáveis, solidários, emancipatórios.

A responsabilidade se torna imprescindível na formação ambiental.

Segundo Weber (1989, p. 176):

É infinitamente comovedora a atitude de um homem maduro (de muita ou pouca idade), que sente realmente com toda a sua alma esta responsabilidade pelas consequências e atua conforme uma ética de responsabilidade [...] A ética da responsabilidade e a ética da convicção são elementos complementares que devem concorrer para formar um homem autêntico.

A gravidade dos problemas ambientais tem gerado preocupação em muitos intelectuais que, justamente, abordam a necessidade de uma ética da responsabilidade (Apel, 1992; Jonas, 1995; Lacroise, 1995).

Cortina argumenta em favor de uma ética da coresponsabilidade, sustentada no reconhecimento do outro:

Esta coresponsabilidade brota de uma fonte profunda, do reconhecimento recíproco entre os interlocutores reais e virtuais nos discursos. Somente se o reconhecimento recíproco for a categoria básica da vida social e não o *indivíduo*, nem a *comunidade*, tem sentido falar de uma ética universal da coresponsabilidade. (Cortina, 2001, p. 152).

Em outras palavras, demandamos por uma corresponsabilidade cimentada na solidariedade. Os seres humanos, a natureza, coexistem; a sociabilidade nos é inerente. Somos chamados a uma convivência construtiva, solidária. Responsabilidade e solidariedade estão implicadas. Significamos solidariedade como valor que unifica, inter-relaciona, une, com base no reconhecimento do outro como sujeito social. Destacamos aquela solidariedade ética que potencializa a emergência dos mais débeis e dos desprotegidos. Ortega e colaboradores (1998, p. 98) propõem como itinerário para uma formação solidária os seguintes elementos, entre outros: tomada de consciência da marginalização e pobreza; descobrimento das causas que as geraram; reconhecimento da dignidade de toda pessoa como um fim em si mesmo; tomada de consciência do caráter global dos problemas que afetam a humanidade, cuja solução demanda uma resposta de todos; descobrimento da solidariedade como valor, nos outros e em si mesmo.

Todos esses elementos constituem processos complexos, mas necessários para tornar-se solidário com os outros, com a sociedade, com nosso ambiente. Urge ressignificar a ética centrada no presente e nas relações interpessoais por uma ética do futuro com ênfase nas relações entre os humanos e destes com o ambiente. Cortina (2001, p. 157) aponta que:

A sociedade civil que necessitamos não é, pois, a que se move por interesses particulares [...] mas a que a partir da família, da vizinhança, da amizade, dos movimentos, dos movimentos sociais, dos grupos religiosos, das associações movidas por interesses universais, é capaz de gerar energias de solidariedade e justiça que quebrem os receios de um mundo egoísta e na defensiva.

Adicionaríamos depredador a isso tudo.

Recebido em junho de 2009 e aprovado em setembro de 2009.

Notas

Título original: *Valores y educación ambiental: aproximaciones teóricas en un campo en continua construcción.*

1 Este também é o argumento seguido por Toledo (1985, 1989, 1995, 2000, 2002).

2 Santamarina (2006) recupera a análise de Vincent (1992) para revelar que vários historiadores têm ensinado que o primeiro ecologismo surgiu na Alemanha e que construiu uma das bandeiras mais fortes dos nazistas, e que esta raiz é ocultada colocando o movimento em data mais recente no século XX, dada a forte vinculação que o ecologismo tem mantido com o pensamento de esquerda.

3 Em 1968 surgiu a primeira edição do livro do casal Ehrlich intitulado *A explosão demográfica*, concebida como o principal problema ecológico (Ehrlich y Ehrlich, 1983).

4 Este livro foi reeditado 22 vezes em três anos o que comprova o impacto social gerado por ele.

- 5 O surgimento desta preocupação sobre a população e os recursos naturais manifestou-se com força quase que imediatamente após a Segunda Guerra Mundial (1945). Vários autores denominados *profetas do Apocalipse* contribuíram neste sentido, entre eles, Osborn (*Our plundered planet*, 1948; *The limits of the earth*, 1953), Vogt (*Road to survival*, 1948), Boynd Orr (*The white man's dilemma: food and the future*, 1953) (Portilho, 2005).
- 6 Como o relatório foi publicado alguns meses antes da crise petrolífera (1973), ele se converteu em um local de cultivo sumamente favorável para suas explicações sobre a escassez e construiu um dos fatores mais importantes para seu êxito editorial. Em 1976, o relatório havia sido publicado em 30 idiomas com tiragem que ultrapassam os 4 milhões de exemplares.
- 7 Em 1992, publicou-se uma versão atualizada de *Os Limites*, na qual o prazo foi ajustado para o ano de 2050: Meadows, Meadows e Randers (1992). No primeiro relatório, o colapso ocorre como resultado do esgotamento dos recursos naturais, especialmente dos alimentos; no segundo relatório, como consequência da contaminação gerada pela excessiva industrialização ocorrida devido à maior disponibilidade de recursos econômicos. No entanto, pode-se dizer que o segundo é ainda mais pessimista, toda vez que se assinalava que os limites já se haviam ultrapassado e que o tipo de desenvolvimento atual é insustentável, no que se apoia a proposta do Relatório Brundtland.
- 8 Vinte anos depois desta obra, Bookchin publicou *Ecologia da liberdade* (1982), seu maior legado e mais influente no pensamento da ecologia social e da ecologia política. Para mais informações, ver <<http://www.ecologiasocial.com/>>. Acesso em 10 jan. 2008.
- 9 Publicado originalmente em 1973, Naess (1989).
- 10 Daly tem publicado centenas de artigos e numerosos livros, como exemplo ver 1977 e 1999.
- 11 Na relação com a ecologia profunda, ver também, Devall e Session (1985).
- 12 Para uma boa discussão sobre as diferenças entre sustentabilidade débil e forte, ver Haugton e Hunter (1994).
- 13 A discussão a respeito da sustentabilidade forte e débil se encontra estreitamente relacionada com a economia ecológica e a economia ambiental, respectivamente, que são campos interdisciplinares que estudam a relação de conflito entre a economia, a sociedade e os ecossistemas. De um lado, em sua versão radical em franca oposição a economia neoclássica e sua concomitante ideologia de crescimento rechaçando a “desmaterialização” do consumo; de outro, em uma postura moderada orientada para a otimização do aproveitamento dos recursos naturais, mediante a “internalização das externalidades” na produção.
- 14 Ver Dupuy (1980) e Elkington e Burke (1991).
- 15 A classificação de Castells consiste de cinco tipos distintos com os quais exemplifica com um movimento ou uma organização suficientemente representativa do mesmo: 1. Conservação da natureza (Grupo dos dez, EUA); 2. Defesa do espaço próprio (*Not in my back yard*); 3. Ecologia Profunda (*Earth First*, ecofeminismo); 4. Salvar o Planeta (*Green Peace*); 5. Política Verde (*Die Grünen*). Ao falar de ambientalismo, entendendo-o, também, como “todas as formas de conduta coletiva que, em seu discurso e prática, aspiram corrigir as formas de relação destrutivas entre as ações humanas e seu entorno natural, em oposição à lógica estrutural e institucional dominantes”.

16 Ver, por exemplo, Schweitzer (1946) e Taylor (1986). Este último sustenta que todos os seres vivos são iguais e por este motivo têm os mesmos direitos inerentes.

17 Para uma discussão sobre os modelos teóricos contemporâneos nos processos de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, ver Gutiérrez e Pozo (2006).

18 Ver Quinn (1995).

Referências

- BARRY, John. **Environment and Social Theory**. London, Routledge, 1999.
- BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo**. Hacia una nueva modernidad. Barcelona, Paidós Básica, 1986.
- BERMAN, Morris. **El Reencantamiento del Mundo**. Santiago de Chile, Cuatro Vientos, 1987.
- BOBBIO, N. **El Problema de las Guerras y las Vías de Paz**. España, Gedisa, 2000.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo, Cultrix, 1996.
- CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston, Houghton Mifflin, 1962.
- CASTELLS, Manuel (1998), El reverdecimiento del yo: El movimiento ecologista. **La Factoría**, n. 5. Disponível em: <http://www.aquibaix.com/factoria/articulos/Castells5.htm> (22/10/2000). Este artigo forma parte do segundo volume de *La Era de la Información*, do mesmo autor, publicado por Siglo XXI (1999), p. 135-158.
- COLOM, A.J. **Desarrollo Sostenible y Educación Para el Desarrollo**. España, Octaedro, 2000.
- COMMONER, Barry. **The Closing Circle: Nature, Man and Technology**. New York, Alfred Knopf, 1971.
- COOPER, David E.; PALMER, Joy A. **Just Environments: intergenerational, international and interspecies issues**. London-New Cork, Routledge, 1995.
- CORTINA, Adela. **Ética Aplicada y Democracia Radical**. Madrid, Técnos, 1993.
- CORTINA, Adela. **Alianza y Contrato**. Política, Ética y Religión. Madrid, Trotta, 2001.
- CORTINA, Adela (Coord.). **La Educación y los Valores**. Madrid, Biblioteca Nueva, 2000.
- DALY, Herman E. **Steady-State Economics**. San Francisco, Freeman, 1977.
- DALY, Herman E. **Ecological Economics and the Ecology of Economics: essays in criticism**. Edward, Elgar Pub, 1999.
- DEVALL, B. SESSIONS, G. **Deep ecology: living as if nature mattered**. Layton, UT-Cheltenham, U.K, Peregrine Smith Books, 1985.
- DOBSON, Andrew. **Pensamiento Político Verde: una nueva ideología para el siglo XXI**. Barcelona, Paidós Ibérica, 1997.
- DUPUY, J.P. **Introdução à Crítica da Ecologia Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

- ELKINGTON, J.; BURKE, T. **Os Capitalistas Verdes**. Lisboa: Ed. Círculo de Lectores, 1991.
- ENZESBERGER, Hans. Crítica de la Ecología Política. In: ROSE, H.; ROSE, S. (Comps.). **Economía Política de la Ciencia**. México, Nueva Imagen, 1979. p. 235-276.
- EHRlich, Paul R.; EHRlich, Anne H. **La Explosión Demográfica**: el principal problema ecológico. Barcelona, Salvat, 1993.
- ESCÁMEZ J.; RAMÓN, Gil. **La Educación en la Responsabilidad**. España, Paidós, 2003.
- FERRY, Luc. La Ecología Profunda. **Vuelta**, n. 192, p. 31-43, 1992.
- FOLADORI, Guillermo. **Los Límites del Desarrollo Sustentable**. Montevideo, EBO-Trabajo y Capital, 1999.
- FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, H. El Concepto de Desarrollo Sustentable Treinta Años Después. **Desenvolvimento y Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p. 41-56, 2000.
- FOSTER, J.B. **The Vulnerable Planet**. New York, Monthly Review Press, 1994.
- GIROUX, H. **La Escuela y la Lucha por la Ciudadanía**. México, Siglo XXI, 1993.
- GOLDSMITH, Edward. **A Blue Print for Survival**. London, Penguin Books, 1972.
- GONZÁLEZ GAUDIANO, E. **Educación Ambiental**: trayectorias, rasgos y escenarios. México, Plaza y Valdés, 2007.
- GUHA, Ramachandra. **Environmentalism**: a global history. New York, Longman, 2000.
- GUHA, Ramachandra; MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **Varieties of Environmentalism**: essays north and south. London, Earthscan, 1997.
- GUTIÉRREZ PÉREZ, José. **La Educación Ambiental**: fundamentos teóricos, propuestas de transversalidad y orientaciones extracurriculares. Madrid, La Muralla, 1995.
- GUTIÉRREZ PÉREZ, José; POZO LLORENTE, Teresa. Modelos Teóricos Contemporáneos y Marcos de Fundamentación de la Educación Ambiental Para el Desarrollo Sostenible. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, n. 41, p. 21-68, 2006.
- HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, 162, p. 1243-1248, 1968.
- HAUGHTON, G.; HUNTER, C. **Sustainable Cities**. London, Kingsley, 1994.
- HOTTOIS, Gilbert. **El Paradigma Bioético**: una ética para la tecnociencia. Barcelona, Anthropos, 1991.
- ILDEFONSO COBO, Ricardo. **Una Moral Para Tiempos de Crisis**. Salamanca, Sígueme, 1975.
- JONAS, Hans. **El Principio de Responsabilidad**: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona, Herder, 1995.
- LAPEYRE, Frédéric et al. **Objetivos de Desarrollo Para el Milenio**: puntos de vista críticos del sur. Madrid, Editorial Popular-Centre Tricontinental-Éditions Syllepse, 2006.
- LEOPOLD, A. **A Sand County Almanac, and Sketches Here and There**. Oxford, Oxford University Press, 1949.

- LIPOVETSKY, G. **El Crepúsculo del Deber**. Barcelona, Anagrama, 1998.
- LONERGAN, B. **Método en Teología**. Salamanca, Sígueme, 1988.
- MALTHUS, Thomas. **An Essay on the Principle of Population**. London: J. Johnson, 1798.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **El Ecologismo de los Pobres**. conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona, Icaria, 2006.
- MCCLOSKEY, H.J. **Ética y Política de la Ecología**. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.
- MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, J. *Beyond the limits*. Global collapse or a sustainable future. Earthscan, London, 1992.
- MEADOWS, Donella H. et al. **The Limits of Growth**: a report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind. New York, Universe Books; México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MESAROVIC, M.; PESTEL, E. **La Humanidad en la Encrucijada**: segundo informe del Club de Roma. México, FCE, 1974.
- MIRES, Fernando. **El Discurso de la Naturaleza**: ecología y política en América Latina. San José, Costa Rica, DEI, 1990.
- MORIN, Edgar. **El Método**. Madrid, Cátedra, 1999.
- MORIN, Edgar. **Ética**. Madrid, Cátedra, 2004.
- NAESS, Arne. **Ecology, Community and Lifestyle**: an outline of an ecosophy. Cambridge University Press, Cambridge, 1989.
- NAREDO, José Manuel. **Raíces Económicas del Deterioro Ecológico y Social**: más allá de los dogmas. Madrid, Siglo XXI, 2006.
- NEGRET, R. **De la Protesta Ecológica a la Propuesta Política**. 2. ed. Quito, Eskeletra, 1999.
- O'CONNOR, J. Las Condiciones de Producción: por un marxismo ecológico, una introducción teórica. **Ecología Política**, Barcelona, n. 1, p. 113-130, abr. 1991.
- ORTEGA, P. et al. **Valores y Educación**. Barcelona, Ariel Educación, 1998.
- PEARCE, David; TURNER, R. **Economía de los Recursos Naturales y del Medio Ambiente**. Madrid, Celeste, 1995.
- PEPPER, D. **The roots of modern environmentalism**. London, Croomhelm, 1984.
- PIERRI, Naína. El Proceso Histórico que Conduce a la Propuesta del Desarrollo Sustentable. In: PIERRI, N. FOLADORI, G. (Eds.). **¿Sustentabilidad?**: desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. Montevideo, Trabajo y Capital, 2001. p. 27-79.
- PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo, Cortez, 2005.
- QUINN, Daniel. **Ismael y la Salvación de la Tierra**. Buenos Aires, Emecé, 1995.
- RIECHMANN, Jorge; FERNÁNDEZ BUEY, F. **Redes que dan Libertad**: introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona, Paidós, 1995.
- SACHS, Wolfgang; SANTARIUS, Tilman (Dirs.). **Un Futuro Justo**: recursos limitados y justicia global. Barcelona, Icaria, 2007.
- SANTAMARINA CAMPOS, Beatriz. **Ecología y Poder**: el discurso medioambiental como mercancía. Madrid, Los Libros de la Catarata, 2006.

- SCHUMACHER, E.F. **Small is Beautiful**: a study of economics as if People Mattered. New York, Harper & Row, 1973.
- SCHWEITZER, Albert. **Civilization and Ethics**. London, A & C Black, 1946.
- TAYLOR, Paul. **Respect for Nature**: a theory of environmental ethics. Princeton, Princeton University Press, 1986.
- TINBERGEN, Jan (Coord.). **Reestructuración del Orden Internacional**. México, FCE, 1976.
- TOLEDO, Víctor Manuel. **México**: diversidad de culturas. México, CEMEX/ Sierra Madre, 1995.
- TOLEDO, Víctor Manuel. **La Paz en Chiapas**: ecología, luchas indígenas y modernidad alternativa. México, UNAM/Quinto Sol, 2000.
- TOLEDO, Víctor Manuel, ALARCÓN-CHÁIRES, P.; BARÓN, L. **La Modernización Rural de México**: un análisis socio-ecológico. México, SEMARNAP, INEGI, UNAM, 2002.
- TOLEDO, Víctor Manuel et al. **Ecología y Autosuficiencia Alimentaria**. México, Siglo XXI, 1985.
- TOLEDO, Víctor Manuel et al. **La Producción Rural en México**: alternativas ecológicas. México, Universo XXI, 1989.
- VINCENT, A. **Modern Political Ideologies**. Oxford, Blackwell, 1992.
- WARD, Barbara; DUBOS, Rene. **Only One Earth**: the care and maintenance of a small planet. W.W. Norton & Co., New York; **Una sola tierra**, México, Fondo de Cultura Económica, 1972.
- WEBER, M. **El Político y el Científico**. México, Alianza Editorial, 1989.
- WESTON, A. What If Teaching Went Wild. **Canadian Journal of Environmental Education**, n. 9, p. 31-49, 2004.
- YURÉN CAMARENA, María Teresa. **Eticidad, Valores Sociales y Educación**. México, Universidad Pedagógica Nacional, 1995.
- I•EK, Slavoj. **El Espinoso Sujeto**: el centro ausente de la ontología política. Buenos Aires, Paidós, 2005.

Edgar González Gaudiano é doutor em filosofia e ciências da educação. Professor vinculado ao Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de Nuevo León, México.

E-mail: egonzalezgaudiano@gmail.com

Lyle Figueroa de Katra é mestre em educação (UFSM) e professora de Filosofia e Literatura pelo Instituto Pedagógico Nacional, Lima, Perú. Pesquisadora do Instituto de Investigaciones en Educación, Universidad Veracruzana, México.

E-mail: lfigueroa@uv.mx

Tradução: Tiago Daniel de Mello Gargnin

